



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Exmo Senhor Chefe do Gabinete de
Sua Excelência. o Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901- 858 Horta

S/Referência
S/1481/2021

S/Comunicação
27/04/2021

N/Referência
SE/2021/791

Data
17/06/2021

ASSUNTO: Requerimento ao Governo dos Açores n.º 105/XII-PS/Açores- Carta resposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre solicitação de vacinas aos Estados Unidos da América

Em resposta ao requerimento mencionado em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados, Berto Messias, João Vasco Costa, Manuel Ramos, Tiago Branco, Vilson Gomes e Tiago Lopes, do grupo parlamentar do Partido Socialista Açores, encarrega-me o Senhor Subsecretário Regional da Presidência de junto enviar a V. Exa., em anexo, cópia da carta do Ministério dos Negócios Estrangeiros datada de 29 de março p.p., endereçada a Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo dos Açores, sobre a solicitação de vacinas aos Estados Unidos da América.

Com os melhores cumprimentos,



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exmo. Senhor
Dr. Paulo do Nascimento Cabral
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Presidente da Região Autónoma dos Açores

Caro Dr. Paulo Cabral,

Junto tenho a honra de enviar a V. Exa uma carta dirigida a S. Exa. o
Vice-Presidente do Governo dos Açores por S. Exa. o Ministro de Estado e
dos Negócios Estrangeiros.

Com os melhores cumprimentos, *pestours*

A Chefe do Gabinete

Indira Noronha

Indira Noronha

Ministério dos Negócios Estrangeiros
O Ministro

Lisboa, 29 de março de 2021

Exmo. Senhor
Dr. Artur Manuel Leal de Lima
Vice-Presidente do Governo dos Açores

Senhor Vice-Presidente,

Agradeço a missiva que V.Exa. me dirigiu, de 22 de março, sobre o pedido de cooperação com as autoridades dos Estados Unidos da América para vacinação da população dos Açores contra o vírus SARS-Cov-2.

Portugal iniciou a preparação do plano de vacinação contra a Covid-19 durante a primeira vaga registada entre março e julho de 2020, sempre no contexto de coordenação de esforços com a União Europeia.

Considerando o relevante interesse público da vacinação contra a COVID-19, o Governo da República aderiu à aquisição de vacinas contra a COVID-19 no âmbito do procedimento europeu centralizado, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2020 de 20 de agosto. Assim, a responsabilidade pelos procedimentos de contratação foi delegada na Comissão Europeia, que centraliza, em nome de todos os Estados-Membros, os acordos de aquisição de vacinas. Tal processo está em curso, dele resultando a aplicação da vacina em todo o território nacional, à medida em que vão chegando ao nosso país os lotes contratualizados e segundo o calendário e as prioridades definidas pelas autoridades competentes.

No âmbito das relações bilaterais entre Portugal e os Estados Unidos da América e, em particular, no quadro da 44.ª Sessão da Comissão Bilateral Permanente Portugal-Estados Unidos (CBP), que se reuniu virtualmente no dia 17 de dezembro em Lisboa, nos Açores e em Washington, D.C., ambas as partes reconheceram os impactos socioeconómicos negativos da Pandemia de COVID-19.

O artigo VI do Acordo de Cooperação e Defesa, sob a epígrafe "Cooperação com a Região Autónoma dos Açores", prevê que a Comissão Bilateral Permanente possa identificar áreas de cooperação para o estabelecimento de programas e atividades, com o objetivo de promover o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores. Da norma não parece resultar, contudo, que a cooperação a instituir ao abrigo da mesma abranja o fornecimento de bens no domínio da saúde pública por parte dos Estados Unidos da América à República Portuguesa ou à Região Autónoma dos Açores. Assim, o fornecimento de vacinas para acorrer a

Ministério dos Negócios Estrangeiros

O Ministro

uma situação de emergência sanitária, sendo naturalmente um gesto de relacionamento muito importante, não parece constituir, porém, uma atividade de cooperação tendo em vista a promoção do desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores, na aceção do Artigo VI do Acordo de Cooperação e Defesa.

No que concerne ao artigo III do anexo J do Acordo Técnico, sob a epígrafe "Cooperação com os serviços de saúde portugueses", este dispõe que os serviços de saúde das Forças dos Estados Unidos, quando solicitados, cooperarão com os serviços de saúde portugueses na manutenção da saúde pública. Esta norma deve ser conjugada com o artigo I do anexo J do Acordo Técnico, sob a epígrafe "Hospitais e Centros de Saúde", segundo o qual as Forças dos Estados Unidos podem montar e operar instalações de assistência médica nos Açores para apoio do seu pessoal militar, civil e dos seus dependentes. O artigo III do anexo J do Acordo Técnico visa permitir a cooperação entre os serviços de saúde das Forças dos EUA nos Açores, i.e., os hospitais e centros de saúde que sejam instalados ao abrigo do citado artigo I do anexo J do Acordo Técnico e os serviços de saúde portugueses, ou seja, hospitais e centros de saúde portugueses, designadamente existentes na Região Autónoma, não parecendo ter esta norma como objetivo o fornecimento de bens por parte dos Estados Unidos da América a Portugal.

Face a quanto precede, e no que respeita às competências do Ministério dos Negócios Estrangeiros, não nos parece que o Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, o Acordo Técnico e o Acordo Laboral, forneçam uma base jurídica sólida sobre a qual possa colocar-se o eventual fornecimento de vacinas pelos Estados Unidos ao nível de uma diligência formal entre Estados.

Com os melhores cumprimentos, *pellosari*

Augusto Santos Silva

Augusto Santos Silva
Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros